

## **Acessibilidade e Inclusão: O caso de uma Instituição de Ensino Superior no Semiárido Potiguar.**

Wendell Brito Dantas <sup>[1]</sup>, Márcio Carvalho da Silva <sup>[2]</sup>

<sup>[1]</sup>wendell.dantas@ufersa.edu.br. IFPB. <sup>[2]</sup>mkarvalho2005@yahoo.com.br. IFPB.

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar a adequação do ambiente universitário às normas de acessibilidade. Buscando, especificamente, identificar as reais condições de acessibilidade nos diversos espaços e edificações da UFRSA Campus de Pau dos Ferros. A coleta de dados ocorreu através da aplicação de questionário disponibilizado por e-mail e por contato pessoal. A pesquisa alcançou uma amostra de 226 pessoas, o que representa 17,34% da comunidade acadêmica. Os resultados foram apresentados de forma descritiva, conforme abordagem quantitativa, utilizando dados estatísticos, tais como, frequência, média, mediana e desvio padrão. Como resultado podemos constatar que embora a Instituição pesquisada tenha sido projetada segundo design universal, esta não atende satisfatoriamente as normas de acessibilidade em relação a alguns espaços e edificações, conforme a opinião dos participantes na pesquisa. Os ambientes que receberam melhor avaliação foram os banheiros (3,88) e a Biblioteca (3,75). Entretanto, estas médias demonstram a necessidade de continuar os esforços no sentido de atender as normas de acessibilidade e permitir a inclusão e acesso de pessoas com deficiência no ambiente universitário.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Universidade. Política Pública.

### **Abstract**

*This work has as objective the adaptation of the university environment to the norms of accessibility. Seeking, specifically, to identify the real conditions of accessibility of spaces and buildings of the UFRSA Campus of Pau dos Ferros. The collection of data occurred through the application of data made available by e-mail and by personal contact. The survey was conducted with a sample of 226 people, representing 17,34% of the academic community. The results were presented in a descriptive way, as they are quantitative, are used as statistical data, such as frequency, mean, median and standard deviation. As a result we can have access to a data source with universal design, this is not satisfactory as one of the standards of accessibility with respect to some spaces and buildings, according to opinion of the participants in the research. The results of the improved consultation were the bathrooms (3,88) and the Library (3,75). Then, these means demonstrate the persistence of adaptability patterns and allow the inclusion and maintenance of people with disabilities in the university environment.*

**Keywords:** Accessibility. Inclusion. University. Public Policy.

## **1 – Introdução**

Em nossa sociedade a defesa da cidadania, da acessibilidade e do direito à educação de pessoas com deficiência é um fenômeno recente. A falta de informação e de compreensão sobre as diferenças foi, e ainda é, responsáveis pela

marginalização e ignorância que este grupo da sociedade enfrenta cotidianamente. O processo de construção de um espaço acessível se dá por meio do reconhecimento e aceitação das diferenças.

Não obstante, no Brasil mais precisamente a partir da segunda metade do século XX, pode-se registrar as primeiras ações oficiais de âmbito nacional com o objetivo de inserção da educação especial na política educacional brasileira. Como exemplos, podemos citar: a campanha nacional de educação do surdo brasileiro, a campanha nacional de educação e reabilitação de deficientes da visão, a campanha nacional de educação e reabilitação de deficientes mentais, dentre outros.

Atualmente, o Estado brasileiro assegura o direito de todos à educação, desde o ensino básico ao nível superior. Esta garantia se estende as pessoas com deficiência, visto que nosso País adotou o modelo educacional inclusivo, como próprio espelho da democracia. Neste sentido, a Constituição Federal prevê: o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art.206,I), garantindo o acesso aos níveis mais elevados de ensino (...), segundo a capacidade de cada um (art. 208,V).

Além disso, vale ressaltar que nosso País possui um robusto arcabouço legal e normativo com o intuito de favorecer a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência. Entretanto, essas ações carecem de implementação prática, é comum a existência de barreiras físicas e/ou atitudinais, dificultando ou impedindo a livre circulação, tornando a conquista do espaço por esse grupo social um verdadeiro desafio.

Tem-se no ensino superior público programas com o objetivo de incentivar e garantir o acesso e permanência de pessoas com deficiência. Estas políticas e programas fruto de ações afirmativas tem representado um grande avanço social. Estas normas tratam de diversos assuntos, desde assistência estudantil, a cotas para o ingresso em cursos de graduação e pós-graduação em universidades públicas. Neste ponto, vale-se ressaltar que as cotas têm favorecido consideravelmente, tornando a presença desse grupo social cada vez mais abundante no ambiente acadêmico. Ademais, atualmente percebe-se a crescente demanda por parte das pessoas com deficiência pelo ensino superior público.

Na Universidade Federal Rural do Semi-Árido Campus de Pau dos Ferros, a presença de pessoas com deficiência tem se tornado cada vez maior, o que tem exigido da atual gestão, bem como, do setor de infraestrutura e do setor de assuntos estudantis, habilidade na resolução de problemas, sobretudo, em relação a adaptações no espaço físico, infraestrutura e eliminação de barreiras arquitetônicas visando a acessibilidade no campus.

Desta feita, o presente estudo tem como objetivo geral conhecer a efetividade das normas e políticas públicas de acessibilidade no ambiente universitário. Buscando, especificamente, identificar se há o cumprimento das normas de acessibilidade e eliminação de barreiras nos diversos espaços e edificações da UFERSA Campus de Pau dos Ferros.

Este trabalho encontra-se estruturado e 5 (cinco) seções. Além desta seção introdutória, este apresenta mais quatro seções. A segunda fará uma revisão da literatura sobre acessibilidade no ensino superior, especificamente, sobre o caso da UFERSA Campus de Pau dos Ferros e dos normativos legais relacionados a educação, acessibilidade e inclusão. A terceira apresentará a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos. Na quarta seção, serão discutidos os resultados e, por fim, a quinta apresentará as considerações finais.

## **2 – Referencial teórico**

### **2.1 – Dos normativos legais relativos à educação, à acessibilidade e à inclusão**

Discutir em torno da temática da acessibilidade à educação de pessoas com deficiência, prescinde do entendimento legal acerca das políticas que estabelecem normativos e requisitos a serem atendidos pelas instituições de ensino, cujo propósito seja garantir o direito constitucional, a todo cidadão, ao acesso à educação. Em vista deste princípio, o presente estudo buscou agrupar, sobre a denominação de políticas públicas, os normativos como, por exemplo, leis, decretos, programas, documentos ou recomendações de órgãos governamentais, que tratam, especificamente, da educação, acessibilidade e inclusão voltadas as pessoas com deficiência.

Conforme preceitua Maria das Graças Rua (2012),

O termo política pública refere-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como

foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Envolve, geralmente, mais de uma decisão requerendo diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. (RUA, 2012, p.17)

Neste sentido, as políticas públicas, embora possam incidir ou mesmo contar com a colaboração da esfera privada, sempre serão públicas, dependendo de decisão dos agentes governamentais sob o poder imperativo do Estado. As Políticas Públicas são resultado de um conjunto de fatores, envolvendo diferentes interesses e disputas entre os atores que influenciam nos processos de formulação, implementação e avaliação/monitoramento.

Embora conte com uma numerosa regulamentação, no Brasil as Políticas Públicas de educação voltadas a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência apresentam significativa fragilidade.

Neste contexto, Sasaki (2000) afirma que, “a preocupação das universidades em adaptar seus ambientes físicos tem sido tão tímido quanto à preocupação e adaptar o acesso ao currículo e em preparar os professores dos cursos superiores”. (SASSAKI,2000).

Ademais, conceituando inclusão Santiago afirma:

A fim de compreender a inclusão social desembocamos, indubitavelmente, na ideia de exclusão, sobretudo, se entendemos que inclusão social nada mais é senão a condição de usufruto de direitos para todas as pessoas. Desse modo, uma pessoa se sente incluída quando usufrui dos seus direitos fundamentais. Consequentemente considera-se exclusão a condição de desrespeito, marginalidade e até de invisibilidade que atinge milhares de indivíduos e grupos. (SANTIAGO, 2010).

Corroborando com esta ideia, Sasaki:

Considerando inclusão o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Nesta perspectiva, a inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos. Portanto, fica claro que não é possível discutir a inclusão, sem considerar o fenômeno oposto que motiva sua busca, ou seja, a inclusão só está na pauta porque vivemos numa sociedade ainda excludente. (SASSAKI, 1997, apud, SANTIAGO, 2010. p.4-5)

Desse modo, representa um desafio aos gestores públicos no sentido de propor estratégias e ações operacionais que efetivamente promovam o acesso e a livre circulação das pessoas com deficiência nos espaços e ambientes das instituições de ensino superior.

Dentre as políticas públicas que tratam do tema podemos destacar a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, instituída pela lei 7.853/89 regulamentada pelo decreto nº 3.298/99, cuja proposta abrange um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência, funcionando como um verdadeiro marco na mudança da concepção que envolve a matéria.

Neste cenário, cabe as universidades promoverem a inclusão de pessoas com deficiência, destacando-se a necessidade de adaptação dos espaços físicos, treinamento do corpo docente, criação de serviços e programas de apoio à inclusão acadêmica, elaboração de recursos pedagógicos, entre outros.

Considerando tal perspectiva, apresenta-se o caso da UFERSA, especificamente o campus Pau dos Ferros, como sendo uma instituição jovem com apenas 6 (seis) anos de atuação. A construção de seus edifícios seguiu, tecnicamente, as regras de acessibilidade de acordo com os princípios do Design Universal. Neste ponto, Melo (2006) preceitua:

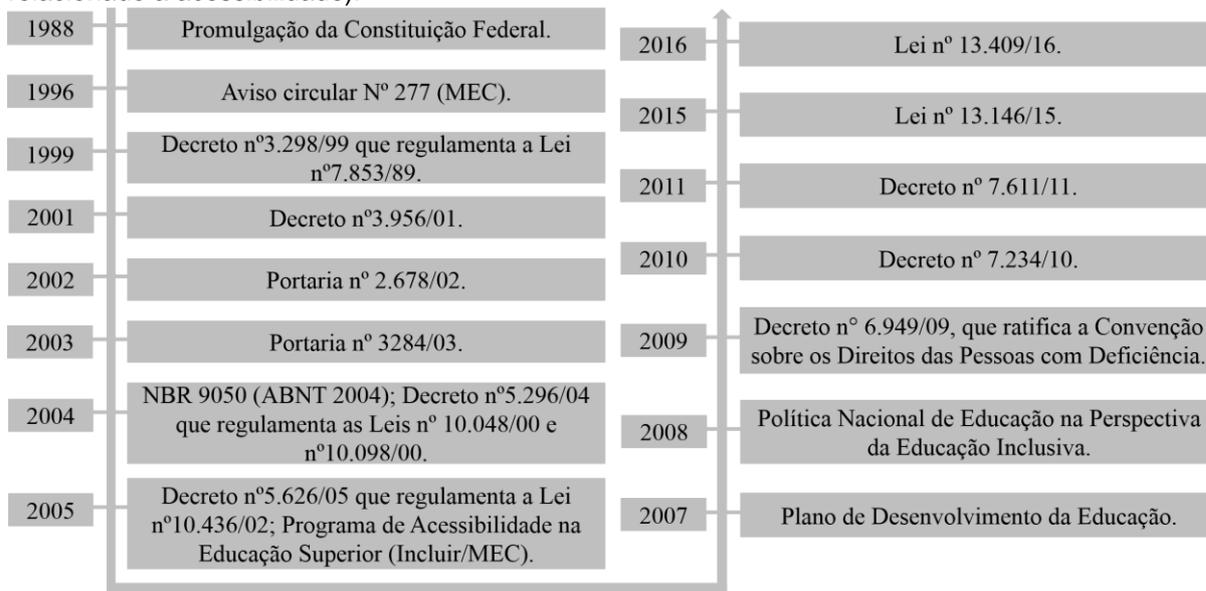
O Design Universal (Universal Design), ou Design para Todos (Design for All), diz respeito ao desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado (MELO, 2006, p. 18).

Entretanto, a preocupação da gestão com acessibilidade e eliminação de barreiras no Campus é recente, coincide e é motivada pela chegada de alunos com deficiência na Instituição. A partir desse momento percebeu-se a realização de adaptações nas edificações e calçadas com o objetivo de tornar os espaços acessíveis e melhorar as condições de circulação.

Desta feita, temos que a acessibilidade guarda íntima ligação com o direito fundamental de ir e vir, intrínseco a todo cidadão, sendo basilar para a inclusão de pessoas com deficiência. Acessibilidade pode ser definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos (ABNT, 2004).

Estão demonstrados na figura 1 a seguir os principais dispositivos legais, normativos, programas e políticas públicas que tratam do direito a educação e a acessibilidade, vejamos:

Figura 1 – Linha do tempo (dispositivos legais, normativos, programas e políticas públicas relacionado a acessibilidade).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, reserva diversos dispositivos referentes às pessoas com deficiência. Segundo a Carta Magna, constitui objetivo fundamental promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (art. 3º, IV), afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (art.5º), assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo a igualdade de condições para acesso e permanência da escola como princípio do ensino (art.206, I) e garante acesso aos níveis mais elevados do ensino, pesquisa (art.208.V). Mais adiante, no artigo 227, §1º, II, §2º<sup>1</sup> e no artigo 244<sup>2</sup>, podemos perceber a matéria da acessibilidade sendo apresentada.

O Aviso Circular nº 277/96, por sua vez, trata-se de um documento de autoria do Ministério da Educação, encaminhado aos Reitores das IES (Instituições de Ensino Superior). Dentre outras orientações, o citado documento apresentava

<sup>1</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§1º- O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

(...) II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

(...) §2º- A lei disporá sobre normas de construção de logradouros e edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

<sup>2</sup> Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, 2º.

sugestões no sentido de viabilizar o acesso e permitir a permanência de estudantes com deficiência.

Já o decreto nº 3.298/99 regulamenta a Lei nº 7.853/89, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção, além dar outras providências. Já o decreto nº 3.956/01 foi responsável por promulgar a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.

A portaria nº 2.678/02, aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino e a difusão da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional. A portaria nº 3.284/03 define as condições referenciais de acessibilidade na educação superior para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Por oportuno, a Norma Brasileira nº 9050 elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, estabelece critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade, devendo ser observados em projeto, construção, instalação, adaptação de edificações no meio urbano e rural.

Por sua vez, o decreto nº 5.296/04 que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, prevê critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos ambientes dos estabelecimentos de ensino. Além de dispor sobre atendimento prioritário às pessoas com deficiência em órgãos públicos.

Adiante, o decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS como meio de comunicação, além de estabelecer que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior;

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), por seu turno, determina a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Estes núcleos são responsáveis pela organização de ações institucionais que objetivam garantir a integração de

peças com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação

Já o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) objetiva identificar e solucionar os problemas que afetam diretamente a educação no Brasil. Dentre as ações previstas estão as de acessibilidade na qual as universidades fundarão núcleos para ampliação do acesso das pessoas com deficiência objetivando efetivar a política de acessibilidade universal, além da formação de professores para a educação especial.

Nesse sentido é também a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Por seu turno, o Decreto nº 6.949/09, ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU,2006) como Emenda Constitucional e assevera o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis; o decreto nº 7.234/10, dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES; o decreto nº 7.611/11, dispõe sobre o atendimento educacional especializado, prevê, no §2º do art. 5º, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior

Por fim, o estatuto da pessoa com deficiência, Lei nº 13.146/15, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e a Lei nº 13.409/16, versa sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e cursos de nível superior das instituições federais de ensino.

Como podemos perceber o arcabouço normativo que trata das questões de acessibilidade, inclusão e educação das pessoas com deficiência é abundante. Esta robustez, entretanto, não garante de forma global o acesso e nem a inclusão das pessoas com deficiência nos espaços acadêmicos. Apesar de tudo, na atualidade ainda há barreiras atitudinais e físicas que dificultam o acesso e a permanência deste grupo no ambiente universitário.

## **2.2 - Acessibilidade no Ensino Superior: O caso da UFERSA campus de Pau dos Ferros**

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido foi criada durante o programa Expansão I, fruto da política pública de expansão e interiorização do ensino superior. Em 29 de Julho de 2005, a Lei nº 11.155 foi sancionada transformando oficialmente a antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró/RN (ESAM) em UFERSA.

Já em 2007, a UFERSA, incentivada pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciou o seu projeto de expansão que culminou com a criação de três novos *campi*: o primeiro localizado no município de Angicos/RN (2009), o segundo no município de Caraúbas/RN (2010) e o terceiro, e último, em Pau dos Ferros/RN (2012).

Assim como o campus central em Mossoró, os demais campus da UFERSA também estão localizados na região compreendida pelo semiárido potiguar, reafirmando a missão institucional de difundir conhecimento em uma região reconhecida por problemas de ordem natural e socioeconômicas, carente de infraestrutura e de políticas públicas eficazes.

Para a implantação da UFERSA Campus de Pau dos Ferros foi necessário forte engajamento da comunidade acadêmica, da sociedade civil e da classe política, que por sua vez, foi responsável pela captação de recursos orçamentários oriundos de negociação junto à bancada parlamentar e ao governo federal.

Desse modo, tem-se que a UFERSA Campus de Pau dos Ferros foi resultado da política de expansão e interiorização da educação superior, viabilizada pelas ações do programa conhecido popularmente por REUNI.

Ademais, vale reforçar que a democratização do acesso ao ensino superior não ficou limitada apenas pela sua ampliação e interiorização, mas também pela integração dos grupos sociais historicamente excluídos, dentre eles, as pessoas com deficiência.

Como é de se presumir, a Instituição de Ensino Superior, locus do presente estudo, está localizada no município de Pau dos Ferros no Estado do Rio Grande do Norte, esta compõe a Região Geográfica Intermediária de Mossoró, mais precisamente, na região denominada pelo IBGE de Região Geográfica Imediata de

Pau dos Ferros, composta por 34 municípios, localizada no extremo sudoeste do RN, fazendo fronteira com os vizinhos Estados do Ceará e da Paraíba.

Segundo o IBGE, considerando as Regiões de Influência das Cidades, estudo publicado em 2008, Pau dos Ferros/RN é classificado como Centro Sub-regional A, haja vista exercer grande polarização na região por oferecer uma grande variedade de serviços, inclusive públicos educacionais, de saúde, financeiros, comércio variado e setor terciário.

Em relação ao dimensionamento do Campus, este apresenta atualmente o total de 1138 (mil cento e trinta e oito) matrículas, distribuídas nos sete cursos de graduação oferecidos pela instituição, a saber: o Bacharelado em Ciência e Tecnologia, o Bacharelado em Tecnologia da Informação, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia da Computação, Engenharia de Software e Arquitetura e Urbanismo.

Por oportuno, devemos esclarecer que os cursos oferecidos pelo Campus de Pau dos Ferros, com exceção do curso de graduação em arquitetura e urbanismo, tratam-se de bacharelados interdisciplinares onde o aluno no primeiro ciclo tem contato com os conteúdos mais gerais e no segundo ciclo há o aprofundamento em determinada área do conhecimento. Tanto os cursos de primeiro ciclo como os de segundo ciclo permitem certificação de nível superior.

Além disso, quanto ao quadro funcional, a UFERSA Campus de Pau dos Ferros apresenta hoje 129 (cento e vinte e nove) servidores, sendo 41 técnicos administrativos em educação e 88 docentes. Ademais, integra o seu quadro funcional 28 trabalhadores terceirizados distribuídos em serviços de vigilância, portaria, limpeza, jardinagem, transportes e 8 estagiários oriundos de escolas municipais de nível médio.

Já em relação a estrutura física do Campus, este é composto por 12 blocos que reúnem as atividades administrativas, acadêmicas e assistenciais, sendo eles: o bloco administrativo, biblioteca, bloco A e B de salas de aula, bloco dos laboratórios, bloco das salas dos docentes, restaurante universitário, centro de convivência, residências masculina e feminina, almoxarifado e garagem.

Neste momento, a instituição está desenvolvendo algumas ações com o objetivo de atender aos requisitos mínimos de acessibilidade, dentre eles, o projeto de urbanização que contempla a construção e a adaptação de espaços, acessos, calçadas, rampas, dentre outros.

Além disso, com base em consulta realizada ao setor de infraestrutura do Campus, a UFERSA tem assentado através do instrumento de contrato número 119/2017, com vigência de 29/11/2017 a 29/11/2018, com a empresa Serviços de Engenharia Ltda-SEARQ (CNPJ nº 00.996.027/0001-86), para executar obras e serviços de acessibilidade nas instalações da UFERSA nos campi de Angicos, Caraúbas, Mossoró e Pau dos Ferros, o valor total do contrato corresponde a R\$ 721,965,67 (setecentos e vinte e um mil novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

Não obstante, no semestre 2018.1 a UFERSA Campus de Pau dos Ferros recebeu o seu primeiro aluno cadeirante, a partir deste momento foi possível perceber uma maior preocupação por parte da gestão em relação a acessibilidade dos espaços e edificações. Entretanto, de modo geral, as ações que visam a acessibilidade no campus têm ocorrido de maneira bastante tímida, limitando-se a resolução de problemas pontuais. Quando identificado algum obstáculo ou barreira à acessibilidade a gestão do campus comunica a superintendência de infraestrutura e Mossoró para a realização da obra ou ação necessária para superação do problema.

Sendo assim, as obras e adaptações na instituição não fazem parte de um projeto amplo planejado previamente com o intuito de atender todas as necessidades de acessibilidade de pessoas com deficiência no campus. Estas ações, como já foi apresentado, ocorrem de forma particular à medida que são identificados os obstáculos e barreiras.

### **3 – Percurso Metodológico**

A presente pesquisa é do tipo descritiva, os fatos e fenômenos serão caracterizados conforme se apresentam sem que haja a interferência ou manipulação dos dados pelo pesquisador. Neste sentido, salienta Prodanov e Freitas (2013),

Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. [...] Uma das características mais significativas das pesquisas descritivas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 52).

Sob o ponto de vista da abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa, uma vez que os resultados serão quantificados e mensurados numericamente. Neste contexto, Regina Célia Veiga da Fonseca declara (2012),

Método quantitativo é aquele que se baseia em dados mensuráveis das variáveis, procurando verificar e explicar sua existência, relação ou influência sobre outra variável. Este método utiliza técnicas específicas de mensuração, tais como questionários com respostas de múltipla escolha, por exemplo. Faz uso de cálculos de média e proporções, elaboração de índices e escalas, procedimentos estatísticos. O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com exatidão o que se deseja (FONSECA, 2012, p. 35).

A pesquisa se desenvolveu na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), mais precisamente no *campus* de Pau dos Ferros, situado no município homônimo. Os sujeitos da pesquisa foram os docentes, discentes, técnicos administrativos, funcionários terceirizados e estagiários que integram a instituição, ou seja, 1303 (mil trezentos e três) pessoas. Com o propósito de extrair as percepções dos usuários quanto à adequação aos requisitos legais de acessibilidade foi desenvolvido e aplicado o questionário aos diversos grupos que compõem a comunidade acadêmica.

O instrumento de pesquisa utilizado para coleta de dados foi elaborado através do Google Forms, cujo respectivo endereço eletrônico foi disponibilizado através do e-mail institucional dos servidores e do e-mail cadastrado pelos discentes no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Ademais, os dados também foram coletados através do contato pessoal com alunos, servidores, funcionários e estagiários da instituição.

O formulário de coleta de dados esteve disponível à comunidade acadêmica no período de 31 de agosto de 2018 a 20 de setembro de 2018. O questionário foi dividido em dois blocos distintos de perguntas. No primeiro bloco, buscou-se identificar o perfil do respondente (questões de múltipla escolha versando sobre o gênero, idade, entre outros). No segundo bloco, buscou-se conhecer as reais condições de acessibilidade de cada prédio e edificação da UFERSA Campus de Pau dos Ferros, utilizando-se da escala Likert de 5 pontos, variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. Ao final do período de consulta, obteve-se uma amostra de 226 respondentes o que representa um percentual de 17,34% da população.

Para André Luiz Sena da Rocha, população e amostra são: “População é o conjunto de todos os elementos que têm no mínimo uma determinada característica em comum a ser mensurada pelo pesquisador. [...] A amostra é qualquer subconjunto da população”. (ROCHA, 2013, P. 14)

Inicialmente, as informações coletadas pelo questionário foram organizadas em uma planilha utilizando o software Excel 2016, passando, posteriormente, a serem analisados quantitativamente através do software SPSS.

Os resultados foram apresentados por meio de estatísticas descritivas, dentre elas, frequência, média, mediana e desvio padrão. Neste contexto, Akamine e Yamamoto, conceituam:

A frequência de um dado é a razão entre a frequência desse dado e o número total de dados. [...] A média de um conjunto de dados numéricos é a soma de todos os dados dividida pelo número de dados. [...] A mediana é o valor que divide um conjunto de dados ordenados ao meio. [...] Se a quantidade de dados for ímpar, a posição da mediana é um número inteiro, por outro lado, se a quantidade de dados for par, o resultado do cálculo é a média aritmética desses dois valores centrais. [...] O desvio padrão é a raiz quadrada da variância (média dos quadrados dos desvios). (AKAMINE E YAMAMOTO, 2013, p. 33, 139, 142 e 190).

#### 4 – Resultados

Como já foi citado, o questionário para coleta de dados foi dividido e dois blocos. O primeiro bloco continha 4 (quatro) questões de múltipla escolha onde buscava-se a caracterização do respondente, as questões versavam basicamente sobre o gênero, a idade, o grupo e se este seria portador de alguma deficiência. Os resultados em números são apresentados no quadro 1 e quadro 2. Vejamos:

Quadro 1 – População e amostra

Grupo	População		Amostra		Amostra/ População
Docente	88	6,75%	17	7,52%	19,31%
Discente	1138	87,33%	190	84,07%	16,69%
Técnico Administrativo	41	3,14%	13	5,75%	31,70%
Estagiário/Funcionário terceirizado	36	2,76%	6	2,65%	16,66%
Total	1303	100%	226	100%	17,34%

Fonte: Dados da pesquisa

Responderam ao questionário 226 (duzentos e vinte e seis) pessoas, representando (17,34%) da comunidade acadêmica. Dentre os respondentes, em números absolutos, podemos constatar a participação majoritária dos discentes

com 190 (cento e noventa) colaborações, o que corresponde a (84,07%) da amostra, seguidos dos docentes com 17 (dezessete) (7,52%), técnicos administrativos 13 (treze) (5,75%) e estagiários/funcionários terceirizados 6 (seis) (2,65%). Já em números proporcionais, percebemos a participação expressiva dos técnicos administrativos, alcançando (31,70%) do seu grupo, seguidos pelos docentes (19,31%), pelos discentes (16,69%) e, por último, pelos estagiários/funcionários terceirizados (16,66%).

Quadro 2 – Frequência e percentual para as variáveis: gênero, Idade e é portador de alguma necessidade especial

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	136	60,2
	Feminino	90	39,8
Idade	Até 20 anos	69	30,5
	De 21 a 25 anos	109	48,2
	De 26 a 35 anos	30	13,3
	De 36 a 49 anos	14	6,2
	Acima de 50 anos	4	1,8
É portador de alguma necessidade especial	Não.	222	98,2
	Sim. Intelectual.	1	0,4
	Sim. Motora.	1	0,4
	Sim. Sensorial (visual, auditiva)	2	0,9
	Sim. Outras.	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao perfil do respondente, observa-se a predominância do gênero masculino, sendo 136 indivíduos que representa (60,2%), ao passo que 90 (39,8%) são do gênero feminino. Já em relação a idade, percebemos que quase a metade dos colaboradores (48,2%), tem entre 21 a 25 anos. Por fim, tem-se que 222 (98,2%) dos respondentes declararam-se não serem portadores de alguma necessidade especial, enquanto 4 se declaram possuir alguma deficiência, dentre elas, intelectual (0,4%), motora (0,4%) e sensorial (0,9%).

Neste ponto, vale ressaltar que após consulta ao Setor de Assistência Estudantil do Campus de Pau dos Ferros, este informou haver matriculados 9 (nove) alunos com necessidades especiais. Dentre eles, 1 (um) com deficiência motora, 2 (dois) com deficiência intelectual e 6 (seis) com deficiência sensorial (visual e/ou auditiva), entretanto, estima-se que este número seja maior do que o indicado, uma vez que cabe ao próprio aluno preencher estes dados informando a deficiência no sistema SIGAA.

O Setor de Recursos Humanos também foi consultado, este, por sua vez, informou não haver nenhum estagiário, servidor técnico administrativo ou docente com deficiência. Todavia, é necessário ressaltar que após a aplicação do questionário um servidor docente se declarou com deficiência sensorial.

Por fim, o Setor de Contratos da instituição, responsável pela gestão dos contratos de serviços continuados, também informou, após consulta, não haver nenhum funcionário terceirizado com deficiência.

Na segunda parte do questionário, buscou-se avaliar, com base nas percepções dos respondentes sobre as afirmações apresentadas, as condições de acessibilidade dos caminhos, acessos, transportes, prédios e edificações do campus. Nesta ocasião, utilizou-se da escala Likert com 5 graus de concordância. Os resultados numéricos das afirmações são apresentados nos quadros 3, 4, 5 e 6.

Quadro 3 – Distribuição de frequência das afirmações sobre acessibilidade das calçadas, acessos, caminhos, rampas, escadas, banheiros e transportes

Afirmativa	Escala Likert				
	1	2	3	4	5
5 - As calçadas, acessos e caminhos são seguros, sinalizados e acessíveis.	50,9%	22,6%	12,4%	11,9%	2,2%
6 - Os blocos e edificações são interligados por calçadas.	51,3%	24,8%	11,9%	8%	4%
7 - As rampas e escadas são seguras, sinalizadas e acessíveis.	49,1%	22,6%	11,4%	13,3%	3,5%
8 - Os banheiros são seguros, acessíveis e adaptados.	7,1%	7,1%	11,9%	38,5%	35,4%
9 - Os transportes de passageiros/coletivo são adaptados.	62,8%	23,5%	7,5%	5,3%	0,9%

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 4 – Média, Mediana e Desvio Padrão das afirmações sobre acessibilidade das calçadas, acessos, caminhos, rampas, escadas, banheiros e transportes

Afirmativa	Estatísticas Descritivas		
	Média	Mediana	Desvio Padrão
5 - As calçadas, acessos e caminhos são seguros, sinalizados e acessíveis.	1,92	1	1,14
6 - Os blocos e edificações são interligados por calçadas.	1,88	1	1,14
7 - As rampas e escadas são seguras, sinalizadas e acessíveis.	1,96	2	1,18
8 - Os banheiros são seguros, acessíveis e adaptados.	3,88	4	1,18
9 - Os transportes de passageiros/coletivo são adaptados.	1,58	1	0,91

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o quadro 3, 62,8% dos respondentes atribuíram nota 1 a afirmação “os transportes de passageiros/coletivo são adaptados”. Por outro lado, tem-se que cerca de 73% atribuiu nota 4 e 5, indicando concordância a questão “os banheiros são seguros, acessíveis e adaptados”. Ademais, com exceção desta variável, que apresentou a maior média (3,88), as demais variáveis ficaram com média inferior a 2 demonstrando um índice insatisfatório de concordância, conforme observado no quadro 4.

Quadro 5 - Distribuição de frequência das afirmações sobre acessibilidade dos blocos e edificações do Campus

Afirmativa	Escala Likert				
	1	2	3	4	5
10- O bloco administrativo é acessível e adaptado.	10,6%	21,7%	13,3%	27,4%	27%
11- A biblioteca do campus é acessível e adaptada.	5,3%	15%	11,5%	35,8%	32,3%
12- Os blocos da residência universitária são acessíveis e adaptados.	58,8%	16,8%	16,8%	5,3%	2,2%
13- O restaurante universitário é acessível e adaptado.	36,7%	26,1%	19,5%	13,7%	4%
14- O centro de convivência é acessível e adaptado.	10,6%	21,7%	12,8%	31,4%	23,5%
15- O bloco de salas de aula A é acessível e adaptado.	11,5%	26,5%	16,4%	19%	26,5%
16- O bloco de salas de aula B é acessível e adaptado.	52,7%	27,9%	10,6%	7,5%	1,3%
17- O bloco de laboratórios é acessível e adaptado.	7,5%	13,3%	14,6%	26,5%	38,1%
18- O bloco de salas dos professores é acessível e adaptado.	8,4%	10,6%	16,4%	31,4%	33,2%
19- O bloco da garagem é acessível e adaptado.	51,3%	24,3%	15,9%	5,8%	2,7%
20- O bloco do Almoxarifado é acessível e adaptado.	50,4%	24,3%	16,8%	6,2%	2,2%

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 6 - Média, Mediana e Desvio Padrão das afirmações sobre acessibilidade dos blocos e edificações do Campus

Afirmativa	Estatísticas Descritivas		
	Média	Mediana	Desvio Padrão
10- O bloco administrativo é acessível e adaptado.	3,38	4	1,36
11- A biblioteca do campus é acessível e adaptada.	3,75	4	1,21
12- Os blocos da residência universitária são acessíveis e adaptados.	1,75	1	1,05
13- O restaurante universitário é acessível e adaptado.	2,22	2	1,19
14- O centro de convivência é	3,35	4	1,33

acessível e adaptado.			
15- O bloco de salas de aula A é acessível e adaptado.	3,23	3	1,39
16- O bloco de salas de aula B é acessível e adaptado.	1,77	1	1
17- O bloco de laboratórios é acessível e adaptado.	3,74	4	1,29
18- O bloco de salas dos professores é acessível e adaptado.	3,7	4	1,26
19- O bloco da garagem é acessível e adaptado.	1,84	1	1,06
20- O bloco do Almojarifado é acessível e adaptado.	1,85	1	1,05

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a acessibilidade e adaptação dos blocos e edificações do campus, cerca de 68,1 % atribuiu nota 4 e 5 a afirmação “a biblioteca do campus é acessível e adaptada”. Ao contrário, 75,6% dos respondentes avaliara e 1 e 2 a afirmação “os blocos da residência universitária são acessíveis e adaptados” (tabela 5). Ademais, a biblioteca do campus de Pau dos Ferros apresentou a maior média (3,75), seguida do bloco de laboratórios (3,74), do bloco de salas dos professores (3,7), bloco administrativo (3,38), centro de convivência (3,35) e o bloco de sala de aula A (3,23), apresentando níveis mais altos de satisfação. Enquanto que os blocos da residência universitária (1,75), o bloco B de sala de aula (1,77), o bloco da garagem (1,84), Almojarifado (1,85) e restaurante universitário (2,22), apresentam as médias mais baixas, demonstrando níveis menores de concordância (quadro 6).

## 5 – Considerações Finais

Como podemos verificar, em nosso País as ações governamentais de âmbito nacional que tratam da inclusão de pessoas com deficiência e sua inserção na educação superior é um fenômeno recente. O acesso à educação por pessoas com deficiência é um direito garantido constitucionalmente. Além disso, tem-se que no Brasil este tema é tratado por numerosos dispositivos, sendo, em alguns casos, repetitivo, demonstrando a insuficiência na implementação prática dessas ações. A acessibilidade física e eliminação de barreiras, por sua vez, representam um aspecto importante nas normas e políticas públicas que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Na Universidade Federal Rural do Semi-Árido Campus de Pau dos Ferros, a presença de pessoas com deficiência tem se tornado cada vez mais comum, fruto de ações afirmativas e políticas inclusivas, o que tem exigido da atual gestão habilidade na resolução de problemas, sobretudo, em relação as adaptações no espaço físico, infraestrutura e eliminação de barreiras arquitetônicas visando a acessibilidade no campus. Nesta ocasião, várias obras e adaptações estão sendo realizadas, demonstrando o compromisso da instituição com o oferecimento de um espaço acessível, adaptado e inclusivo.

Desta feita, esta pesquisa teve como objetivo geral conhecer a efetividade das normas e políticas públicas de acessibilidade no ambiente universitário. Buscando, especificamente, através da percepção dos respondentes identificar se o cumprimento das normas de acessibilidade e eliminação de barreiras nos diversos espaços e edificações da UFERSA Campus de Pau dos Ferros é satisfatório.

A pesquisa alcançou a amostra de 226 pessoas, o que representa 17,34% da comunidade acadêmica. Os resultados foram apresentados de forma descritiva, conforme abordagem quantitativa, utilizando dados estatísticos, tais como, frequência, média, mediana e desvio padrão.

Como resultado podemos constatar que embora a Instituição pesquisada tenha sido projetada segundo design universal, esta não atende satisfatoriamente as normas de acessibilidade em relação a alguns espaços e edificações, conforme a opinião dos participantes na pesquisa. Dentre as questões que receberam pior avaliação, podemos citar: os transportes (1,58), o bloco a residência (1,75), o bloco B de sala de aulas (1,77), garagem (1,84) e almoxarifado (1,85). Os ambientes que receberam melhor avaliação foram os banheiros (3,88), a biblioteca (3,75), o bloco de laboratórios (3,74), o bloco de sala de professores (3,7) e o bloco administrativo (3,38). Entretanto, estas médias demonstram a necessidade de continuar os esforços no sentido de atender as normas de acessibilidade e permitir a inclusão e acesso de pessoas com deficiência no ambiente universitário.

## REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050, de 30 de junho de 2004. Rio de Janeiro. Dispõe sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf).

AKAMINE, Carlos Takeo. YAMAMOTO, Roberto Katsuhiko. **Estudo Dirigido de Estatística Descritiva**. São Paulo: Érica, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988

\_\_\_\_\_. Aviso Circular nº 277 (MEC), de 08 de maio de 1996. Dispõe aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm)

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento da Educação, de 24 de abril de 2007.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=176:apresentacao&catid=137:pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=176:apresentacao&catid=137:pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao).

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>

\_\_\_\_\_. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>

\_\_\_\_\_. Programa Incluir, de **2013**. Dispõe sobre Acessibilidade na Educação Superior. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192)

CARVALHO, Francisco João de Deus de; SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão; RÊGO, Sidnéia Maia de Oliveira. Política de interiorização e expansão do ensino superior: a implantação da UFERSA e do IFRN em Pau dos Ferros-RN. **Colóquio Internacional de Pesquisa e Educação Superior**, 3., João Pessoa, PB, 2015. Disponível em: <[http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/13/politica-de-interiorizacao-e-expansao-do-ensino-superior-a-implantacao-da-ufersa-e-do-ifrn-em-pau-dos-ferr os-rn.pdf](http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/13/politica-de-interiorizacao-e-expansao-do-ensino-superior-a-implantacao-da-ufersa-e-do-ifrn-em-pau-dos-ferr-os-rn.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2018.

COSTA, Marisa Fernanda Leão da; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de. Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na Universidade Federal do Pará. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 9, n. 2, 2014, p. 459-469. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7049/5062>. Acesso em: 28/08/2018

FONCESA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESD BRASIL, 2012.

GUERRA, Rafael Angel Torquemada. GEGLIO, Paulo César. SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. (Org.). **Cadernos CB Virtual 8**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/). Acesso em: 08 ago. 2018.

MACHADO, Fabrício Brunelli; SANÁBIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves. Acessibilidade e mídias educacionais digitais: uma revisão dos marcos legais internacionais e nacionais e sua aplicação nas instituições públicas de ensino superior (IFES). **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Florianópolis, 2014, p. 1-17. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131858> Acesso em: 18 set. 2018.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. et al. Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2015, p. 498-504. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n3/1414-8145-ean-19-03-0498.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MACHADO, Fabrício Brunelli; SANÁBIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves. Acessibilidade e mídias educacionais digitais: uma revisão dos marcos legais internacionais e nacionais e sua aplicação nas instituições públicas de ensino superior (IFES). **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Florianópolis, 2014, p. 1-17. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131858> Acesso em: 18 set. 2018.

PACHECO, Renata Vaz. COSTA, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n 27, 2006, p. 151-167. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4360/0>. Acesso em: 02 set. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

ROCHA, André Luiz Sena da. **Estatística**. Mossoró: EDUFERSA, 2013.

PUPO, Deise Tallarico. MELO, Amanda Meincke. FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2ª ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2000.